

SEGUNDO CENTRO INT.DEF.AEREA CONTR.TFG.AEREO

Termo de Referência 17/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2026	120072-SEGUNDO CENTRO INT.DEF.AEREA CONTR.TFG.AEREO	JACIEL CARDOSO DE LIMA	30/01/2026 08:37 (v 0.6)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	31/2026	67613.013497/2025-55

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 67613.013497/2025-55

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual para elaboração de laudo técnico em estruturas metálicas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LAUDO TÉCNICO EM ESTRUTURAS METÁLICAS	876	SERVIÇO	5	R\$ 31.500,00	R\$ 157.500,00

- 1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual.
- 1.3. O serviço é enquadrado como não contínuos ou contratados por escopo.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 250 (duzentos e cinquenta) dias, sendo 170 dias para execução do serviço, 30 dias para entrega dos laudos técnicos, 30 dias para recebimento definitivo, 10 dias para liquidação e 10 dias para pagamento, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026** conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Exigir que a inspeção e os ensaios (visuais, END, geotécnicos) sejam executados com o mínimo de descarte de resíduos e, quando inevitável, que haja destinação ambientalmente adequada, conforme legislação ambiental local e federal;

4.1.2. Exigir que os profissionais responsáveis pela execução estejam capacitados quanto à adoção de práticas sustentáveis durante a vistoria, priorizando técnicas que reduzam riscos de contaminação do solo e dos materiais metálicos em uso. Isso está de acordo com a promoção de práticas sustentáveis na cadeia de fornecimento; e

4.1.3. O laudo técnico deverá considerar medidas que ampliem a vida útil das estruturas por meio de manutenções corretivas e preventivas, evitando descarte prematuro. Essa abordagem está alinhada ao conceito de prolongamento da vida útil dos bens públicos, presente no guia como boa prática sustentável.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 08 horas às 16 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1. Para o agendamento de vistoria, os interessados deverão entrar em contato pelo número (41) 3251-5446 e procurar pela equipe técnica da seção de Estruturas Metálicas.

4.6.2. Justifica-se a importância e a necessidade de vistoria em virtude das torres encontrarem-se em local específico, além de se tratar de equipamentos de controle de tráfego aéreo, equipamentos essenciais para a realização de pousos e decolagens de aeronaves. Assim, é recomendável a visita para dirimir possíveis dúvidas, bem como assimilar a estimada importância do serviço a ser prestado.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou financeiros com a contratante. Está ciente das características do local, terreno, condições geoclimáticas da região, infraestrutura rodoviária e urbana, facilidades, logística e os recursos existentes, todas as peculiaridades, principalmente logísticas, do local onde o serviço deverá ser realizado. E se responsabilizará pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução do serviço.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Margem de Preferência

4.9. Conforme o disposto no Decreto nº 11.890/2024 e no Comunicado CICS nº 01/2024, as margens de preferência visam fomentar o desenvolvimento sustentável e a inovação tecnológica nacional. Entretanto, após verificação nas resoluções publicadas pela Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS), não se constatou a inclusão dos serviços de elaboração de laudo técnico para avaliação da integridade de estruturas metálicas no rol de bens e serviços contemplados com margens de preferência. Assim, a presente contratação não está sujeita à aplicação da margem de preferência prevista no art. 4º do referido Decreto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 15 dias da assinatura do contrato, após reunião inicial para aprovação de projetos e rotinas.

5.1.2. Após a assinatura do contrato será emitida a ordem de serviço, em até 15 (quinze) dias. A execução dos serviços será iniciada após a emissão da ordem de serviço, devendo a empresa vencedora iniciar imediatamente a mobilização e início do serviço de avaliação das condições das estruturas metálicas.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: A execução do serviço seguirá um conjunto estruturado de métodos, rotinas e procedimentos, assegurando conformidade com as especificações técnicas e normativas aplicáveis. O trabalho será conduzido em etapas bem definidas, utilizando tecnologias apropriadas e seguindo frequências e periodicidades estabelecidas para garantir qualidade, segurança e eficiência.

5.1.4. A execução do serviço será baseada em métodos técnicos normatizados, seguindo as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e as melhores práticas de prevenção em trabalho em altura. As rotinas de trabalho serão planejadas de forma a evitar interrupções no funcionamento dos sistemas e a minimizar impactos operacionais. Isso se deve pelo fato de não ser possível a interrupção dos serviços prestados devido a operação dos sistemas nele contido.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- Torre VHF de ASSIS/SP:
Endereço: Ac. SP-270, Assis - SP, 19807-605

- Torre VHF de São Francisco do Sul/SC:
Endereço: Estrada Geral, Estrada do Forte, s/n - Do Ubatuba, São Francisco do Sul - SC, 89240-000
- Torre UHF de Canguçu/RS:
Endereço: Ac. Pedro Liberato José da Fonseca - Canguçu, RS, 96600-000
- Torres VHF e UHF de Urubici/SC:
Endereço: Rua Boaventura Ribeiro de Souza, nº353 - centro, Urubici/SC, 88650-000

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de 8 horas às 16 horas, nos dias úteis.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual se dará conforme planejamento realizado em reunião inicial para determinação de métodos e práticas de segurança.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Não será possível interromper o funcionamento dos sistemas implementados nas estruturas metálicas de forma integral.

5.5.2. A contratada deverá executar uma reunião inicial com o CINDACTA II para alinhar procedimentos e principalmente rotinas de segurança, com foco nos trabalhos em altura. A contratada deve apresentar métodos seguros, informando equipamentos de segurança individual e coletivo para demonstrar aptidão para a realização do serviço.

5.5.3. Para fins de elaboração da proposta técnica, é importante destacar que o objeto desta contratação foi classificado como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, cuja execução exige análise criteriosa das condições estruturais, de solo e de estabilidade de torres metálicas de telecomunicações. Tais avaliações demandam conhecimento técnico especializado e aplicação de métodos específicos de engenharia, conforme detalhado neste Termo de Referência. Considerando a complexidade e a natureza do serviço, será adotado o critério de julgamento por técnica e preço, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES /MGI nº 2/2023. Para orientar os licitantes na correta formulação de suas propostas, foi elaborado um quadro de critérios de pontuação e avaliação técnica, que estará disponível em anexo a este Termo de Referência e fará parte integrante do edital de licitação. Esse quadro estabelece, de forma objetiva, os parâmetros técnicos que serão considerados na análise das propostas, abrangendo aspectos como a metodologia de trabalho, a qualificação da equipe técnica, a experiência prévia da empresa e o plano de execução. Recomenda-se que os licitantes consultem atentamente esse material, a fim de apresentarem propostas aderentes às necessidades da Administração.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1 Entrega formal, pela contratada, de todos os laudos técnicos finais, incluindo:

- **- Análise da estrutura metálica**

1. Condições Gerais da Estrutura

- Tipo estrutural: autoportante, estaiada, monoposte, etc.

- Altura, número de segmentos e geometrias principais.

2. Elementos Estruturais Principais

- Montantes e diagonais: presença de corrosão, deformações, empenamentos, trincas.
- Travamentos horizontais e verticais: integridade dos perfis, estado das conexões.
- Perfis metálicos (cantoneiras, tubos, vigas): inspeção visual e, se necessário, medição de espessura residual.
- Bases e chapas de ancoragem: fissuras, corrosão, contato com solo, recalques.
- Elementos soldados: qualidade do cordão de solda, trincas visíveis ou defeitos superficiais.
- Estais (se houver): tensão dos cabos, corrosão, fixações, alinhamento.

3. Conexões e Fixações

- Parafusos e porcas: verificação de aperto, corrosão, ausência ou deformação.
- Soldas: presença de descontinuidades, falta de fusão, escórias ou fissuras.
- Chapas de ligação: integridade, folgas, trincas.

4. Condições de Proteção Superficial

- Pintura anticorrosiva ou galvanização: presença, estado, pontos descascados ou oxidados.
- Sinais de oxidação ou corrosão ativa: localização, intensidade, extensão.
- Presença de umidade acumulada, vazamentos ou pontos com retenção de água.

5. Fundações e Elementos Complementares

- Base de concreto: fissuras, infiltrações, desagregação, recalques ou deslocamentos.
- Aterramento e para-raios: estado dos cabos, conexões, continuidade elétrica.
- Escadas, guarda-corpos, plataformas de inspeção: segurança, integridade, corrosão.
- Sistemas de acesso e segurança (linha de vida, escadas verticais): conformidade e integridade.

6. Itens Complementares em Caso de Dúvidas ou Defeitos Visíveis

- Ensaios não destrutivos: ultrassom, partículas magnéticas, líquidos penetrantes (em soldas e chapas críticas).
- Verificação de verticalidade (prumo): por teodolito ou nível a laser.

7. Conclusão Técnica do Laudo

- O laudo técnico, com base nessas análises, deve apresentar:
- Diagnóstico técnico da integridade estrutural da torre (satisfatória, comprometida, com restrições, etc.);
- Classificação da severidade das anomalias encontradas;
- Recomendações para manutenção corretiva, reforço ou substituição de componentes;
- Sugestão de periodicidade para novas inspeções.
- **Exigência de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - referente a execução e supervisão do serviço, com a indicação do responsável técnico pela elaboração das especificações do serviço, avaliações, composição dos custos unitários e outras peças técnicas necessárias.**

- - **Análise de solo**

1. Condições da Fundação (superestrutura de base)

- Tipo de fundação: direta (blocos de concreto) ou profunda (estacas, tubulões).
- Aparência da base: trincas, fissuras, destacamento de concreto, desagregação.
- Nível de exposição: presença de armaduras aparentes ou corroídas.
- Fixações da torre: integridade das chapas de ancoragem, parafusos e soldas da base.

2. Recalques ou Deslocamentos

- Indícios visuais de recalque diferencial: inclinação da base, trincas nas conexões com a estrutura metálica.
- Deslocamentos horizontais: movimentação da fundação em relação ao solo (arrancamento ou empuxo).
- Afundamento ou afloramento de partes da base.

3. Condições do Solo ao Redor da Fundação

- Erosão ou escavação natural: presença de sulcos ou escoamento de água próximo à base.
- Sinais de instabilidade geotécnica: rachaduras no terreno, abatimentos, encharcamento.
- Compactação aparente e regularidade do terreno.

4. Drenagem e Afastamento de Água

- Presença de acúmulo de água ao redor da base: poças, lama, umidade persistente.
- Ausência ou deficiência de sistema de drenagem superficial.
- Sinais de infiltração na base de concreto por falta de escoamento.

5. Condições de Proteção contra Corrosão na Base

- Galvanização ou pintura das partes metálicas em contato com o solo.
- Estado dos protetores de base ou calços metálicos.
- Contato direto de componentes metálicos com solo úmido (sem barreira de separação).

6. Aterramento e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas

- Conexão do cabo de aterramento à torre e sua continuidade até o solo.
- Integridade do eletrodo de aterramento (quando visível).
- Presença de corrosão no fio de cobre nu, terminais ou braçadeiras.

7. Elementos Complementares

- Muros de contenção ou proteção próximos.
- Vegetação danosa (raízes que interfiram na fundação ou drenagem).
- Obras civis próximas que possam interferir na estabilidade.

8. Resultados Esperados no Laudo

- A partir dessa análise, o laudo técnico deve indicar:

- Se há sinais de instabilidade ou deterioração da fundação.
- Se o solo apresenta risco geotécnico (erosão, recalque, encharcamento).
- Se há necessidade de intervenção imediata (reforço, drenagem, reaterro).
- Recomendações para monitoramento e manutenção preventiva.
- **Exigência de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - referente a execução e supervisão do serviço, com a indicação do responsável técnico pela elaboração das especificações do serviço, avaliações, composição dos custos unitários e outras peças técnicas necessárias.**

- **- Análise de estabilidade**

1. Verticalidade da Estrutura (Prumo da Torre)

- Medição de desvio de prumo (em relação ao eixo vertical projetado).

2. Integridade dos Elementos Estruturais

- Montantes principais e diagonais: verificação de deformações (flambagem, empenamento), perda de seção por corrosão, fissuras.
- Travamentos horizontais e verticais: verificação de deslocamentos, afrouxamentos ou falhas.
- Elementos soldados e parafusados: presença de fissuras, trincas, corrosão e integridade das conexões.

3. Condições das Ligações Estruturais

- Conexões parafusadas: presença, aperto, corrosão, folgas e alinhamento.
- Conexões soldadas: inspeção visual ou ensaios não destrutivos para detecção de trincas, poros, falta de fusão.
- Chapas de ligação e presilhas: verificação de deformações, desgaste ou desencaixe.

4. Estabilidade do Sistema de Fundação

- Bases de concreto: trincas estruturais, recalques diferenciais, deslocamento de blocos.
- Chaparias de ancoragem: integridade, presença de ferrugem, trincas nas soldas.
- Fixação da torre à fundação: inspeção das ligações (chumbadores, soldas, porcas).

5. Estabilidade Global da Estrutura

- Verificação de esforços transversais e longitudinais: sinais de deslocamento, deformações acumuladas.
- Distribuição simétrica de cargas: identificação de sobrepeso assimétrico (antenas, suportes).
- Avaliação de rigidez e travamento dos planos estruturais.

6. Sistema de Estaiamento (se aplicável)

- Cabo de estais: tensão adequada, ausência de corrosão, fios rompidos, alinhamento.
- Ancoragens: integridade dos dispositivos de fixação, estado do concreto, deslocamento do ponto de ancoragem.
- Distribuição e simetria dos estais: verificação de balanceamento.

7. Condições de Exposição e Riscos Externos

- Ambiente de instalação: exposição ao vento, salinidade, chuva, vegetação agressiva, maresia.
- Risco de interferência externa: obras nas proximidades, escavações, trânsito pesado.
- Proteção contra descargas atmosféricas (SPDA).

8. Aplicação de Ensaios e Instrumentação Complementar (quando necessário)

- Ultrassom, partículas magnéticas, líquidos penetrantes: se houver suspeita de fissuras ocultas.
- Medidores de inclinação ou sensores de deslocamento: para monitoramento contínuo em casos críticos.
- Modelagem estrutural (opcional): em situações que exijam verificação de estabilidade via simulação computacional.

9. Conclusão do Laudo

- Classificação da estabilidade: satisfatória, instável com restrições, instável com risco iminente.
- Recomendações: correções estruturais, reforços, substituições ou monitoramento periódico.
- Critérios utilizados: base técnica (normas ABNT, manuais, literatura), experiência profissional, registros fotográficos e medição.
- **Exigência de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - referente a execução e supervisão do serviço, com a indicação do responsável técnico pela elaboração das especificações do serviço, avaliações, composição dos custos unitários e outras peças técnicas necessárias.**

5.7.2. Realização de inspeção final e aceite técnico por parte do contratante, com vistoria presencial no local, verificação da conformidade da execução com o objeto contratado e validação do pleno funcionamento dos sistemas instalados nas estruturas metálicas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência da contratação.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.20.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

7.4. Objetivo: Elaboração de laudo técnico para avaliar estruturas metálicas

Indicador 01 – Prazo de entrega dos laudos

a) Finalidade: Garantir que os equipamentos sejam entregues dentro do prazo estabelecido, evitando impactos no cronograma de instalação e operação do sistema de climatização.

b) Meta a cumprir: 100% dos laudos entregues no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a partir da finalização das visitas in loco nas localidades para avaliação.

c) Instrumento de medição: porcentagem dos laudos entregues no prazo estabelecido.

d) Forma de acompanhamento: protocolo de recebimento e validação formal - através de e-mail, formalizado diretamente para o chefe da seção de Estruturas Metálicas do CINDACTA II. O endereço eletrônico será disponibilizado na reunião inicial com a contratada.

e) Periodicidade: verificação final no prazo de 30 dias corridos.

f) Faixas de ajuste no pagamento: o pagamento está condicionado à entrega integral dos laudos técnicos dentro do prazo máximo de trinta dias corridos, com acusação de recebimento pelo setor solicitante do CINDACTA II.

7.4.1. A entrega do laudo técnico de avaliação estrutural das torres VHF/UHF constitui o principal indicador de desempenho da empresa contratada. Será exigida a apresentação de 100% dos laudos técnicos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada.

7.4.2. A comprovação do atendimento será feita por meio do protocolo de entrega do(s) laudo(s), acompanhado da respectiva validação pela fiscalização designada, que deverá atestar a completude, a conformidade técnica e o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

7.4.3. O pagamento à contratada ficará condicionado à entrega integral e tempestiva dos laudos técnicos, conforme os prazos estabelecidos, sendo vedado o pagamento parcial ou proporcional em caso de inadimplemento.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5.3 O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o final do período de visitas in loco para avaliação das estruturas metálicas (170 dias) e o período de entrega dos relatórios (30 dias).

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar e dados bancários do contr; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/05/2025. Considerando tratar-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual de execução por escopo, com duração inferior a doze meses, não haverá aplicação de reajuste durante a vigência contratual.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por TÉCNICA E PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global, pois se trata de serviço técnico de escopo fechado e de curta duração. A empreitada por preço global transfere adequadamente os riscos ao contratado, garante segurança jurídica e oferece maior eficiência à Administração.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Considerando que a presente contratação será realizada sob o critério de julgamento por técnica e preço, a proposta de preços apresentada pelos licitantes deverá ser compatível com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado na pesquisa de preços constante dos autos, observados os princípios da razoabilidade e da economicidade. A aceitabilidade dos preços será analisada em conjunto com a proposta técnica, conforme os parâmetros definidos no quadro de avaliação de técnica e preço, que estará disponível em anexo ao edital. Esse quadro estabelece a metodologia de pontuação das propostas, com pesos específicos atribuídos aos aspectos técnicos e econômicos, de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, com equilíbrio entre qualidade técnica e custo. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, proposta que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme critérios apresentados no anexo de avaliação de propostas.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de avaliação de estruturas metálicas para engenheiros, com CREA ativo e expedido pelo conselho.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, em plena validade;

9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.34. A apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de inspeção técnica com emissão de laudo estrutural em torre metálica, em nome da licitante, constitui condição indispensável e de caráter eliminatório para participação na fase de julgamento técnico. A não apresentação desse documento será interpretada como ausência de experiência prévia em emissão de laudos estruturais em estruturas metálicas de torres, resultando na atribuição de nota 0,00 neste critério e na imediata inabilitação técnica da licitante, com consequente desclassificação de sua proposta no certame.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico, expedida pelo CREA, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), relativo à execução dos serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação,

(emissão de laudo em estruturas metálicas, análise de corrosão e soldagem nas estruturas metálicas e análise do solo) acompanhada da declaração ou atestados (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrada na entidade profissional competente.

9.35.1.2. A empresa que deixar de apresentar a documentação exigida no subitem 9.35.1.1 será desclassificada para fins de habilitação técnica, não podendo ser admitida para a execução do serviço.

9.35.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.38. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.38.1. Para o engenheiro civil: serviços de avaliação de estruturas metálicas e serviços de avaliação do solo;

9.38.2. Para o engenheiro mecânico: serviços de avaliação de corrosão e soldagem em estruturas metálicas;

9.38.3. A comprovação dos serviços será admitida por meio da documentação com a Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico;

9.38.4. As empresas que não apresentar a documentação solicitada nos itens (9.38.1, 9.38.2 e 9.38.3.) será Inabilitada no certame.

9.38.5. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.39. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Participação de cooperativas

9.46. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, consistente na avaliação da integridade estrutural, do solo e da estabilidade de torres metálicas que dão suporte a sistemas operacionais de controle do espaço aéreo.

9.47. Esse tipo de serviço exige a designação de equipe técnica qualificada e dedicada, com profissionais legalmente habilitados (engenheiros com atribuição profissional específica), atuação contínua e responsabilidade técnica formalizada por meio de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), bem como planejamento integrado, padronização de métodos de inspeção, controle de qualidade e uniformidade de critérios de análise.

9.48. Diante dessas exigências, não é viável a gestão operacional do serviço por meio de rodízio ou autogestão, como previsto no modelo de atuação das cooperativas. A lógica cooperativista de execução rotativa e não hierarquizada não se compatibiliza com a necessidade de coordenação técnica, continuidade operacional e rastreabilidade de responsabilidade exigidas neste objeto.

9.49. Assim, fica vedada a participação de cooperativas nesta licitação, por absoluta incompatibilidade entre a natureza do objeto e o modelo de execução cooperado.

9.50. Tal vedação visa garantir a efetividade, a segurança técnica e a responsabilidade legal sobre os laudos emitidos, conforme exigido pela legislação e pelas normas profissionais aplicáveis à engenharia.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 0001/120072;
- II) Fonte de recursos: 1050A00140;
- III) Programa de trabalho: 229166;
- IV) Elemento de despesa: 339039; e
- V) Plano interno: DC080401LOG.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Curitiba/PR, conforme assinatura eletrônica.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Não aplicável.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (fornecedor) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Concorrência nº..... /20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JACIEL CARDOSO DE LIMA

Membro da comissão de contratação

THIAGO GOMES DE ARAUJO MOREIRA

Membro da comissão de contratação

LUCIANO DUARTE PALACIOS

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO DE AVALIACAO DE PROPOSTAS.pdf (191.46 KB)



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência
Data/Hora de Criação:	30/01/2026 11:39:33
Páginas do Documento:	24
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	25
Hash MD5:	93791f047eff36099951f57bb6917021
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Suboficial THIAGO GOMES DE ARAÚJO MOREIRA no dia 30/01/2026 às 08:55:23 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento LUCIANO DUARTE PALACIOS no dia 30/01/2026 às 08:58:20 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten JACIEL CARDOSO DE LIMA no dia 30/01/2026 às 09:03:31 no horário oficial de Brasília.